

Setor agrícola divulga carta para contribuir com as consultas públicas

Empresas do setor agrícola elaboram carta para contribuir com duas consultas públicas lançadas pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre as negociações para um Acordo de Livre Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia, e Mercosul-Canadá, que ficaram abertas até o início dessa semana (26/11). O documento foi enviado aos ministros da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho; das Relações Exteriores, Antonio Patriota; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

A consulta pública Mercosul-União Europeia solicita ao setor privado brasileiro se manifestar sobre seus interesses ofensivos e defensivos, atualizando o posicionamento apresentado na consulta anterior de janeiro de 2011. Na consulta pública Mercosul-Canadá, o governo brasileiro espera obter informações sobre o interesse do setor privado brasileiro em levar esta negociação em frente.

Essa é uma iniciativa pioneira de atuação coletiva do agro brasileiro, em que representantes da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), Citrus, Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), ICONE, União Brasileira de Avicultura (UBABEF) e União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA) elaboraram uma carta em conjunto com o intuito de contribuir para o fortalecimento do comércio exterior brasileiro.

Na carta, as entidades signatárias afirmam que continuam comprometidas com objetivos de abertura de mercado para as exportações do agro e, por isso as negociações bilaterais são fundamentais. Este tipo de negociação costuma demorar muitos anos, e os mercados agrícolas passam por ciclos e, se hoje muitos setores vivem um ciclo de forte demanda, poderão ter, no futuro, sua reversão.

O setor afirma que acordos comerciais incluem trocas. O ativo do Brasil que mais se valorizou, além da estabilidade política e econômica, é o forte crescimento do mercado interno. São os 190 milhões de consumidores que tornam a posição do Brasil atraente. São eles, também, que devem ser lembrados como beneficiários de bens e serviços mais competitivos que ampliem seu poder de renda e qualidade de vida, mesmo que vindos do exterior. Precisarão, certamente, estar empregados, portanto não se ignora a essencialidade dos setores produtivos do Brasil permanecerem saudáveis, mais do que isso, com renda crescente.

Além disso, negociar pressupõe expor setores produtivos a maior concorrência. Não se trata de menosprezar as dificuldades enfrentadas por inúmeros segmentos que, na ausência de avanço em questões estruturais no chamado custo Brasil, ganham importante argumento protecionista cuja validade não pode ser simplisticamente aceita independentemente de análise. Muito menos se pode ignorar a valorização da moeda que facilita as importações. Valorização cambial, hoje já com reflexos da positiva queda de juros, e custo Brasil precisam ser enfrentados.

A carta finaliza reforçando que os setores precisarão avaliar e se preparar para o futuro. A inserção competitiva da economia brasileira precisa ser construída. Isto tudo toma tempo e exige prioridade e participação da sociedade. A paralisia não era alternativa. “Parabenizamos o Governo por iniciar o processo com transparência. A inserção competitiva do Brasil no comércio globalizado recomeça e exigirá intensas negociações. Esperamos forte participação da sociedade”.